

## 4

### Ciência Empírica da Literatura

#### 4.1

##### Sistemas Literários

Durante os anos 80, o interesse dos estudos de literatura coloca-se mais nitidamente para uma perspectiva pragmática. A Ciência Empírica da Literatura representa, neste âmbito, a transição em direção a uma ciência social empírica interdisciplinar, acompanhada pela ampliação de quadros teóricos que permitem descrever sistemas literários como sistemas complexos. O contexto não é tematizado como perspectiva complementar da leitura de textos literários, mas a partir da investigação das atividades dos indivíduos que, em diversos níveis, lidam com fenômenos literários em situações históricas concretas. Siegfried Schmidt, em entrevista dada a Colin Grant, em 1997, relembra uma discussão com Wolfgang Iser, em que este lhe disse com bastante convicção: “você começa onde eu terminei, mas é um passo necessário”. Grant traduziu esta afirmação como uma espécie de passagem de bastão numa corrida de revezamento em que Iser descobriu o leitor *no* texto, e Schmidt devia descobri-lo *fora* do texto (Grant, 1997, p. 8).

O projeto teórico e empírico de Siegfried J. Schmidt representa, nesta discussão, um contraponto interessante por várias razões. Por exemplo, a partir da maior complexidade conferida ao espaço interdisciplinar; a partir da ênfase sobre uma ciência *empírica* da literatura de orientação construtivista e, ainda, em função da passagem da análise do texto literário para o estudo do *sistema literatura* numa perspectiva sistemático-histórica. Uma teoria da literatura que abandona o lugar confortável oferecido pela identificação do fenômeno literário como conjunto de obras disponíveis no arquivo cultural assume, deste modo, que a atividade exegética não seja o único modo de lidar com literatura. Para Schmidt, uma ciência da literatura limitada à investigação de textos literários isolados não oferece instrumentos de suficiente complexidade para solucionar questões urgentes na situação atual da disciplina. Assim, segundo ele, a sociedade não

espera da teoria da literatura apenas mais uma variante nova da exegese de Hölderlin ou de Kafka, mas um esclarecimento sobre o modo como leitores e leitoras lidam concretamente com textos literários (Schmidt, 1993, p. 14).

As bases epistemológicas deste projeto, como antes visto, legitimam-se a partir de pressupostos construtivistas e os fundamentos teóricos se beneficiam de modelos elaborados por teorias da recepção e do efeito, parcialmente assumidas por teorias empíricas da literatura, que, no entanto, passaram a ser questionadas em seus fundamentos epistemológicos e, sobretudo, em sua ênfase sobre formas de recepção em detrimento de processos comunicativos complexos, contextualizados e historicizados. Processos, em outras palavras, que precisavam ser descritos em perspectivas sistêmicas mais abrangentes.

Uma ciência da literatura concebida a partir de uma teoria da ação comunicativa não tematiza, portanto, o texto literário como entidade autônoma, mas analisa as diversas dimensões do sistema literatura numa perspectiva acional, tais como produção, mediação, recepção e análise teórica de textos literários. Textos são considerados literários apenas na perspectiva dessas constelações acionais sociais concretas, em sistemas históricos definidos por determinados processos de socialização, necessidades cognitivas e afetivas, intenções e motivações gerais e, ainda, por condicionamentos políticos, sociais, econômicos e culturais que correspondem aos sistemas de pressupostos de sua ação. E é em função dessas articulações que textos são julgados e dotados de sentido. O acento da ciência empírica da literatura sobre a esfera difusa da vida literária e a sua dinâmica é acompanhado, em nível teórico e empírico, pela construção de quadros capazes de tematizar essa transição. A sua perspectiva demanda a integração de outros contextos e esferas e, por isso, precisa articular as suas preferências teóricas com molduras eficientes para problematizar a complexidade de forma elástica e abrangente.

Significativa para uma concepção da literatura como campo de ação social específico é a distinção, proposta por Schmidt, entre participação no sistema e análise do sistema literário que permite diferenciar entre ação científica e não-científica. A distinção permite também rediscutir a questão da interpretação no contexto de concepções epistemológicas construtivistas e no contexto da rede teórica. Tanto a distinção entre texto e comunicado quanto a hipótese da dependência do significado de sujeitos socializados invalidam a idéia da

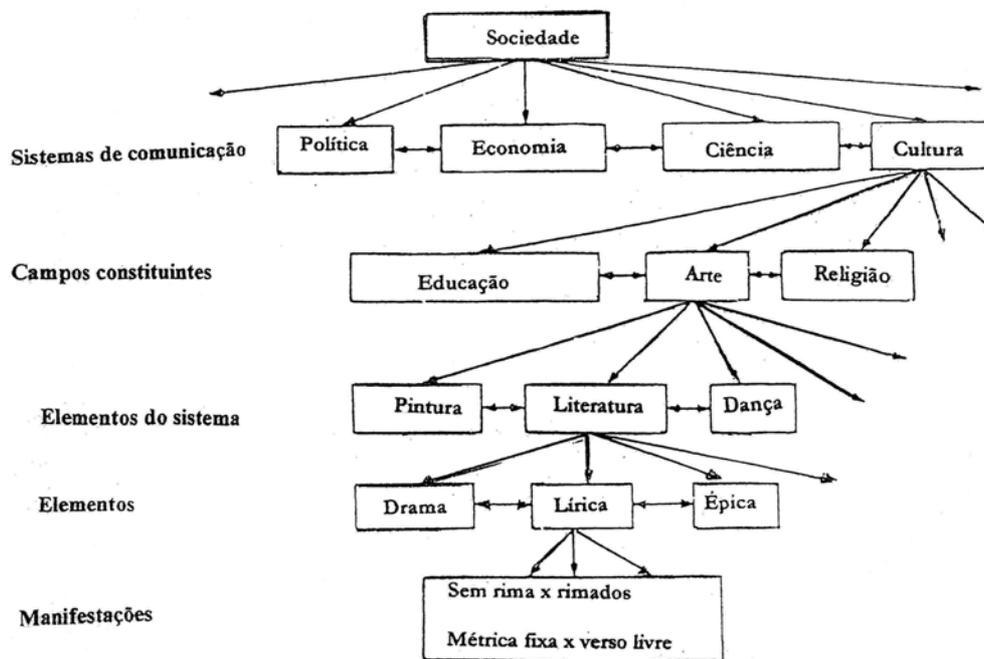
interpretação como elaboração do sentido correto de um texto literário ou da intenção autoral. O lugar da interpretação é transferido, nesta proposta, para a esfera da participação enquanto recepção criativa exemplar do crítico literário que exhibe neste processo a sua plena subjetividade e as convenções estéticas que o orientam ao transformar o texto em comunicado, sem que precise explicitar necessariamente o seu instrumental teórico. Em compensação, a ação do teórico da literatura, a análise do sistema literário, sintetiza uma forma específica de elaboração de um saber, determinada por valores, normas e regras científicas. O teórico da literatura precisa levar em consideração determinadas convenções – entre as quais Schmidt destaca as convenções estéticas e de polivalência – sem, necessariamente, por elas orientar a sua própria ação; esta, ao contrário, deve se pautar em convenções teóricas e seus enunciados devem ser conceitualmente explícitos, comprometidos com argumentação racional e não retórica.

Se o modelo de uma ciência da literatura idealizado por Siegfried Schmidt dá ênfase ao sistema literário como sistema social fundado sobre ações comunicativas, em oposição à caracterização usual como sistema simbólico, passa a ser necessário dar contorno à concepção de sistema subjacente ao seu projeto. Segundo ele:

Não basta estudar somente os textos literários. Independentemente de todas as escolas ou ismos, os resultados da pesquisa das últimas décadas mostram que, se alguém deseja “interpretar” adequadamente os textos literários, todo o domínio, então, da chamada vida literária deve ser estudado paralelamente com os textos literários, falando de modo mais preciso. (Schmidt, 1992, p.215)

Mas quais são, então, as articulações possíveis entre sistema literário e sistema social?

O modelo proposto por Schmidt descreve a sociedade como sistema complexo de subsistemas, tais como política, economia, ciência, cultura, entre outras, que se estruturam a partir da relação de seus sistemas parciais, por seu lado em constante comunicação interativa.



(Schmidt, 1980, p.97)

Em suma, o sistema social global sociedade funciona como moldura para as interações comunicativas de todos os demais subsistemas. Trata-se de um processo que se repete em todos os níveis. Por exemplo, a cultura funciona como sistema de comunicação e interage com seus campos constituintes, que, entre outros, podem ser o sistema religioso, o sistema artístico, ou educacional. Este último aciona os mais diversos elementos sistêmicos através de seus processos didáticos, tais como universidade, escolas, professores, pais, estudantes, por exemplo, que em seu conjunto configuram o sistema educação. Neste quadro, a literatura representa um subsistema da arte, e funciona interagindo com elementos de outros sistemas artísticos como os da pintura, da dança, etc., que, no caso do sistema literário, subsumem o drama, a epopéia ou a lírica, por sua vez, manifestada na forma de versos livres ou de métrica fixa.

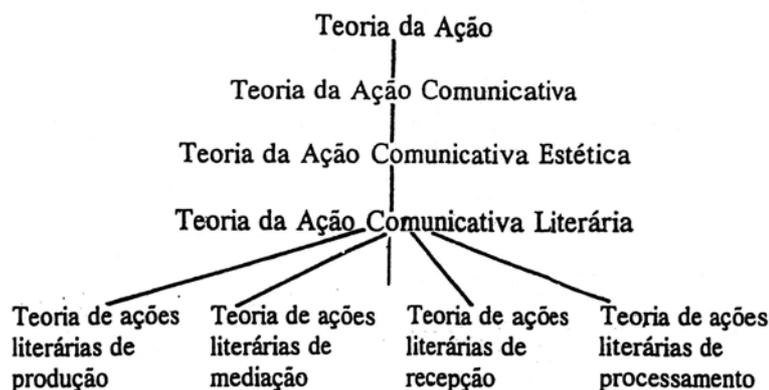
Esta apresentação sucinta do modelo sistêmico em que se baseia a ciência empírica da literatura permite, assim, enxergar uma multiplicidade de ações

possíveis no sistema literário, entre as quais se destacam, na ótica proposta, uma ação voltada especificamente para o ensino da literatura, mas que não se entende desvinculada das demais ações sistêmicas que caracterizam o fenômeno literário em sua perspectiva abrangente.

Observado desta forma, o sistema literário pode abrir ou fechar suas fronteiras para outros sistemas artísticos ou não, tornando-se extremamente instável. E é essa visão da literatura como vida literária no sistema social que demanda igualmente um modelo flexível, oscilando entre investimentos teóricos e experimentações práticas que, por seu lado, transformam recursivamente os seus pressupostos. Em outras palavras, trata-se de um projeto teórico para o fenômeno literário, que se caracteriza por constantes mudanças e se encontra em permanente expansão.

Dentro desta visão, a chamada “vida literária”, o sistema de ações literárias, é formada pelo conjunto das ações que se referem a textos considerados literários pelos indivíduos que realizam estas ações. Esta é a hipótese empírica básica de Schmidt (1980), que conceitua o fenômeno literário numa ótica sistêmica com base em uma teoria da ação, como pode ser visualizado no gráfico abaixo, que se transforma em modelo fundante do projeto (Schmidt, 1989, p.46).

### A Estrutura da Rede Teórica da CLE



Uma análise detalhada do gráfico esquemático indica que as atividades que acompanham os fenômenos literários em sociedades podem ser concebidas a partir de quatro papéis distintos de ação:

- *produção literária* envolve todas as ações pelas quais um produto é criado, o qual é considerado pelo produtor como literário com base nas normas estéticas com as quais ele está operando;

- *mediação literária* envolve todas as ações pelas quais um produto literário se torna acessível a outros agentes, de modo apropriado ao meio em questão;

- *recepção literária* envolve todas as ações pelas quais um produto, considerado literário de acordo com certos padrões estéticos, é apropriado pelos agentes que lhe atribuem sentido;

- *processamento literário* envolve todas as ações posteriores à recepção podendo ser considerada como análise crítica, em sentido metateórico, do conjunto das ações que formam o sistema literário.

A partir desta conceituação, podemos reformular, de modo mais sistemático, a descrição referida acima de “vida literária”, do seguinte modo: todas as ações pertinentes ao fenômeno que os agentes acreditam ser literário (ações literárias) podem ser conceitualmente identificadas como um sistema social. Em outras palavras, ações literárias são componentes que formam o sistema social da literatura. Este sistema é auto-referencial, pois as ações literárias fazem referência a outras ações literárias: recepção literária refere-se à produção literária, o processamento literário à recepção literária, a mediação literária à produção literária, etc. As ligações entre as diversas ações literárias são denominadas de *processos literários*. A organização produzida pelo sistema é, assim, fechada, com ações literárias específicas e processos emergentes de um estado específico e participante essencialmente da produção do estado seguinte. Neste sentido, o sistema social da literatura pode ser construído tanto de modo auto-referencial como auto-organizativo.

A estrutura do sistema literário é determinada pelos papéis das ações identificadas anteriormente que, como instituições estáveis, estes papéis especificam e ordenam todas as ações literárias particulares. Neste modelo, os limites do sistema da literatura são produzidos e mantidos porque os agentes

desenvolvem critérios diferenciados, permitindo a distinção entre o que é considerado e o que não se enquadra nestes critérios. Estudos empíricos e históricos sugerem que as fronteiras do sistema de literatura, até hoje vigentes, são estabelecidas por duas macro-convenções básicas identificadas por Schmidt como convenção estética e convenção de polivalência, específicas e eficazes, apenas, dentro do sistema literário e não em outros sistemas sociais (tais como política, religião, educação, economia, por exemplo). (Schmidt, 1992).

Segundo a convenção estética, expressões contidas em textos literários não precisam ser avaliadas, primariamente, em termos de modelo de realidade de uma sociedade específica. Em outras palavras, elas não devem ser julgadas em termos de verdadeiro ou falso, de acordo com determinada semântica referencial. Além disso, o valor das ações literárias não deve ser determinado primeiro e, antes de tudo, em função de sua utilidade prática. Em vez disso, a convenção estética orienta as ações literárias, e a comunicação direcionada a valores, normas e regras significativas que são consideradas, pelos agentes em questão, componentes de literatura, dada a estética particular.

A segunda macro-convenção, chamada de convenção de polivalência, confere um grau excepcional de liberdade aos agentes que operam no sistema literário. Ao lidar com os fenômenos literários, estes agentes esperam poder realizar de modo pleno as suas capacidades de expressão subjetivas. Juntas, as duas convenções se regem pela pressuposição de que as ações no sistema literário são isentas dos requisitos em que se baseiam modelos de realidade socialmente aceitos. Trata-se, portanto, de uma condição, que abre um imenso espaço para gestos alternativos, experiências subjetivas, fantasia, criatividade, que permitem a exploração plena da imaginação e ficção.

Sob esta ótica, certamente o sistema literário não é, primeiramente, determinado pelo conjunto de trabalhos literários. O que o limita, de preferência, é a forma organizacional que rege as ações e exemplos de comunicação gravados da totalidade das atividades sociais resultando a distinção entre literário/não literário, e isso junto constitui o sistema social de literatura, visto que estas atividades se interrelacionam de modo auto-referencial e auto-organizacional. A diferença em questão é socialmente mantida pelas duas convenções, igualmente firmada como resultado da socialização literária dos agentes no contexto de famílias, escolas, grupos sociais, etc. À medida que um agente mantém estas convenções, ele ou ela

atua nos limites do sistema literário; mais precisamente, o agente adota um dos papéis de ação disponíveis neste sistema.

Portanto, o sistema social da literatura não é uma “entidade” nem um “lugar”. Este sistema, de preferência, emerge como uma forma de organização para ações literárias, cria sua própria ordem através da produção de sistemas parciais, mantendo um equilíbrio dinâmico, de certo modo instável.

Uma avaliação retrospectiva do projeto revela curiosamente uma falta de ressonância mais forte sobretudo no cenário dos estudos midiáticos em contato com os estudos literários, e, de acordo com a maioria dos manuais introdutórios aos estudos de literatura, a CEL ocupa certo espaço, mas o pleito de uma substituição da teoria da ciência da literatura tradicional baseada em pressupostos hermenêuticos – uma das bandeiras levantadas pelo projeto de fato – não aconteceu. Um olhar sobre a discussão atual no campo dos estudos literários revela, antes, uma simultaneidade desconcertante de múltiplas propostas coexistentes, em que a CEL ocupa apenas um lugar entre outras. A proclamada mudança paradigmática afetando os estudos literários em seu conjunto, de fato, não ocorreu.

Mesmo assim, podemos verificar que as concepções básicas, de caráter teórico e epistemológico, revelaram-se extraordinariamente bem-sucedidas e migraram para outros campos disciplinares nas ciências humanas e sociais provocando consideráveis deslocamentos.

## 4.2

### **Sistemas Midiáticos**

Um olhar sobre o desenvolvimento do espaço disciplinar dedicado aos estudos midiáticos atesta a transformação de muitos departamentos de letras em departamentos de ciência da literatura e da mídia, numa situação analisada por Reinhold Viehoff nos seguintes termos:

Essas novas orientações nos estudos, naturalmente não resultam todas da força da ciência empírica da literatura e não podem ser interpretadas como prova de que se iniciou uma mudança histórica com a passagem da ciência da literatura para a ciência da mídia. Mas, por outro lado, é válido supor que muitas dessas novas diretrizes, hoje,

seriam inexistentes, se não tivessem sido precedidas por uma concepção empírica dos estudos literários (Viehoff, 2005, p.2).

Podemos atribuir distintas motivações e razões às sucessivas transformações dos estudos literários observáveis nas últimas décadas. Na passagem dos anos 60 para os 70, a questão da relevância social dos estudos literários era, sem dúvida, fundamental e responsável, em parte, pela crise que atingiu não só o sistema universitário, mas o sistema do ensino da literatura de modo especial.

Neste âmbito, as críticas mais contundentes dirigiram-se contra uma ciência da literatura estabelecida sem consciência crítica e/ou política, mas havia também objeções com relação aos métodos hermenêuticos, e a sua falta de pressupostos científicos intersubjetivamente demonstráveis. A relevância do desenvolvimento de propostas de pesquisas empíricas na ciência da literatura, encaminhadas por dois teóricos – Norbert Groeben e Siegfried J. Schmidt – que defendem projetos distintos, mas se aliam em seu desejo de empiricidade nos estudos literários, pode ser explicada, também, em função do clima intelectual específico que predominava no início dos anos 80.

As mudanças mais significativas naqueles tempos levaram em conta que:

- a ampliação do conceito de literatura abria o olhar para o condicionamento midiático da comunicação literária, fazendo com que filmes e programas de TV se transformassem igualmente em objeto de interesse de uma ciência empírica da literatura (CEL);
- uma pedagogia crítica da literatura salientava, cada vez mais, a necessidade de uma teorização da literatura levando em consideração o valor funcional de textos literários, tornando visíveis novas perspectivas em relação à discussão do cânone;
- o interesse pela literatura de massa acentuava questões de produção e recepção minimizando, implicitamente, procedimentos interpretativos;
- a estética da recepção interacionista explicava uma mudança dialética da perspectiva da investigação científica em comparação com a predominância de uma crítica produtiva midiática, fazendo com que se acentuasse a ação dos sujeitos ao lidar com textos considerados literários.

Esse novo repertório teórico em permanente transformação e expansão se deve, antes de mais nada, à mudança de perspectiva demandando um projeto que se entendia também como ação pública de acento político. E é nesta ótica que se situa a síntese implacável desta situação formulada por Reinhold Viehoff, um dos participantes ativos do grupo NIKOL:

Não é mais possível e justificável elaborar as duzentos interpretações da *Metamorfose* de Kafka e discuti-la publicamente negligenciando ou ignorando as formas de recepção de textos literários por uma ciência pública (p.ex. seriados de TV). (Viehoff, 2005, p.3).

A crítica de Viehoff não representa necessariamente uma despedida radical de projetos hermenêuticos nos estudos literários, mas em todo o caso, sinaliza a minimização de sua importância exclusiva, ao privilegiar simultaneamente o valor imanente de óticas canônicas consagradas, que de certo modo se tornaram praticamente imunes à crítica. É no contexto destas limitações que se oferece como saída estimulante uma ciência da literatura que localiza o fenômeno literário como complexo processo comunicativo e inclusivo, o que abre espaço para uma discussão sobre os produtos da cultura de massa e a inclusão dos estudos midiáticos nos estudos dos sistemas literários fora dos parâmetros então vigentes, que de modo geral os desvalorizavam de antemão, tornando-os desprezíveis ou invisíveis.

*Uma teoria literária em expansão* pretende, antes, acentuar uma didática para os estudos literários capaz de incentivar diálogos em vista do enriquecimento mútuo de produções que por longo tempo foram consideradas, em sua extremidade polar, como produções excludentes.

No contexto dessa discussão, parece sugestivo o modelo de articulação entre cultura, mídia e literatura, esboçado pelo teórico alemão da literatura Siegfried J. Schmidt no ensaio “Medien = Kultur?” (Schmidt, 1994). Em sua hipótese, mecanismos básicos de operações humanas, como percepção, linguagem e comunicação, seriam analisados como atos de diferenciação realizados por observadores e estabilizados ou não em processos de observação de segunda ordem. No processo dessas distinções e de suas articulações, emergem modelos de realidade que diferenciam sociedades particulares. Tais modelos, descritíveis

como saber coletivo partilhado por membros de um sistema social, oferecem certas distinções fundadas em fatores cognitivos e normativos considerados essenciais, entre eles, por exemplo, a diferenciação entre real/não real, bom/mau, belo/feio. Esses sistemas dicotômicos, cujo uso e valor dependem de negociações sociais, são tematizados em caráter contínuo e ganham sentidos sociais específicos a partir de sua inserção numa rede de relações semânticas e de ações seriais.

Enquanto esses modelos de realidade de uma sociedade são condicionados pela arquitetura estrutural das dicotomias básicas, observa-se em todas as sociedades a existência de uma espécie de programa para a sua tematização e avaliação, o que significa, também, que os indivíduos socializados se comportam simultaneamente como criadores e como criações desses modelos. Para diminuir riscos de contingência em função de possíveis crescimentos incontroláveis, são criados mecanismos para regular e reduzir complexidades excessivas, tais como a invenção de mitos, religiões, ciências e instituições sociais. São precisamente esses programas –responsáveis pela institucionalização de diferentes modelos de realidade assumidos explicita ou tacitamente em sociedades distintas– que Schmidt chama de cultura. O conjunto dessas considerações aponta para uma idéia de cultura como modelo auto-reflexivo de um grupo social, do qual a literatura –ou, em sentido mais amplo, a produção escrita– participa tanto na qualidade de formação simbólica quanto na condição de sistema social cultural específico.

Um olhar sobre os novos mundos das realidades virtuais dos ciberespaços e da hipermídia mostra intensos e acalorados debates sobre o próprio conceito de realidade, ainda plausível e aceitável, e sobre as suas possíveis contrapartes, como, entre outras, irrealidade, simulação, hiper-realidade, virtualidade e ficção. Algumas questões perturbadoras podem ser vinculadas com as seguintes indagações: em que espécie de mundo, afinal, vivemos hoje? Será que os dias da *realidade* já se foram? Neste âmbito interessa novamente repensar conceitos de realidade e ficcionalidade numa ótica construtivista.

A escrita em redes digitais – por exemplo, uma das formas radicais da ampliação da mídia impressa por novas tecnologias eletrônicas – tem conseqüências para a nossa compreensão de literatura e para as opções de suas formas historiográficas que precisam ser percebidas e discutidas, porque elas estão

alterando tanto os nossos hábitos de ler e de escrever quanto os nossos hábitos de lidar com produções simbólicas, de modo geral.

O teórico da literatura e da cultura Siegfried J. Schmidt oferece novamente boas sugestões para a minha abordagem da questão ao iniciar em um dos seus livros recentes sobre questões construtivistas, empíricas e científicas, *Die Zähmung des Blicks*, com algumas observações prévias que situam a sua indagação acerca de conceitos de realidade no âmbito de argumentos desenvolvidos em outros contextos disciplinares de orientação construtivista similar à sua, oferecendo, ao mesmo tempo, um espaço multidimensional à sua argumentação acerca do binômio real/ficcional ao procurar correspondências na literatura e nas artes plásticas (Schmidt, 1998).

No contexto de seus argumentos, Schmidt analisa o desenvolvimento, nas últimas décadas, da tecnologia digital e a sua disseminação planetária, que, segundo ele, contribuíram para tornar plausível a função construtiva da mídia, em prejuízo da visão tradicional do seu papel como forma de representação da realidade. A idéia problematizada nos anos 60 por Marshall McLuhan em sua clássica afirmação da equivalência entre mídia e mensagem – então sentida como provocação – tornou-se hoje praticamente consensual em grande parte das teorias de conhecimento e foi reiteradamente enfatizada, por exemplo, no contexto do projeto de uma ciência empírica da literatura, fundada sobre pressupostos epistemológicos de índole construtivista. Transferidas essas hipóteses para as mídias de massa audiovisuais – tv, vídeo e computador – elas acentuam que não se trata de modelos de reprodução mas que, muito pelo contrário, são eles co-responsáveis pela *criação* de realidades. A forma midiática da construção de realidades torna consciente o caráter interpretativo das próprias imagens da realidade. Trata-se de uma aceitação nova, ainda que de questões antigas, e, neste sentido, Wolfgang Iser e Gianni Vattimo, os editores da coletânea *Medien-Welten – Wirklichkeiten*, publicada em finais dos anos 90, creditam uma função esclarecedora à mídia de massa pelo mérito de tornar incontornável esse caráter construtivista, o que segundo eles, permite experiências de realidade, de certo modo, libertadoras por serem “fracas”, oscilantes, plurais e emancipatórias (Iser & Vattimo, 1998, p. 7).

A reflexão sobre a pluralidade de diferentes versões de realidade abre, por sua vez, a possibilidade de desenvolver uma crítica cultural mais adequada à atualidade. Nesta perspectiva, as novas experiências que nos permitem as novas tecnologias midiáticas na disseminação de objetos culturais de massa – entre eles a literatura – não conduzem necessariamente à despedida ou à substituição do real, mas permitem, ao contrário, uma revalidação da realidade cotidiana e a formação eventual de novas comunidades e solidariedades.

Construções individuais e sociais de realidade, mudança social e transformação de orientações normativas realizam-se hoje principalmente no contexto de comunicações midiáticas. Desde a fotografia até o desenvolvimento de técnicas eletrônicas de simulação, os processos midiáticos alteram significativamente os nossos modos perceptivos. Segundo S.J. Schmidt, colaborador da mencionada coletânea de Welsch e Vattimo com o ensaio “Modernisierung, Kontingenz, Medien: Hybride Beobachtungen,” os processos midiáticos modificaram as nossas construções da esfera pública e privada, transformando profundamente as nossas condutas políticas e econômicas. Hoje vivemos numa situação de desdiferenciação da organização de espaço e tempo no contexto de eventos complexos e acelerados (Schmidt, 1998, p.173). Além do mais, formas midiáticas funcionam como instrumentos de socialização e ganham importância crescente na encenação e na comunicação de sentimentos, por exemplo. Segundo o autor, o efeito mais importante da transformação provocada pela multiplicação e pelo refinamento da mídia diz respeito à intensificação da observação, e especialmente da observação de segunda ordem, que nos obriga a substituir identidade por diferença e a tomar consciência de nossas experiências de contingência. Em outras palavras, ela nos obriga a assumir que não vivemos em uma única realidade mas em uma multiplicidade de realidades diversas,

Em todo o caso, a realidade numa sociedade marcada por processos midiáticos de massa “torna-se cada vez mais aquilo que construímos como realidade via uso midiático, em que depois acreditamos e de acordo com que agimos e nos comunicamos” (Schmidt, 1998, p.182). Aparentemente, numa sociedade caracterizada pela presença maciça de processos midiáticos de massa, estamos mais intensamente envolvidos em definições operacionais e pragmáticas – e não ontológicas – de realidade, no sentido de que relacionamos com elas as nossas ações e interpretações.

Isso significa uma contextualização do conceito de realidade na moldura de operações pragmáticas, que definem o estatuto de realidade de operações cognitivas e comunicativas. Análises desse processo tornam visíveis a temporalização e a contingência de todas as nossas construções de realidade. Um conceito de realidade não ontológico permite, portanto, pluralizar modelos de realidade que se distinguem de acordo com o grau e a orientação de sua viabilidade, segundo o modo de sua operacionalização, segundo a relevância para solucionar problemas sentidos como urgentes. E essa experiência prática é hoje perceptível de modo muito mais geral e tematizado constantemente na comunicação (Schmidt, 1989) e tem efeitos variados sobre as nossas experiências com literatura, incluindo-se a literatura de massa e a literatura de entretenimento, em geral, que, no processo de comunicação enfatizam, antes, condutas de leitura que se aproximam, também, de atitudes recepcionais mobilizadas por formas de fascinação, ao lado de todas as modalidades de recepção aprendidas em processos de socialização que incluem, eventualmente, uma socialização literária.

A função dos meios de comunicação, nos últimos decênios, modificou-se da mediação da realidade para a cunhagem da realidade. O “bit bang” do “World Wild Web” e a conjuntura internacional da Internet tornaram essa troca de função ilimitada. Vattimo declarava que as tecnologias de simulação da realidade virtual, em breve, “devem possibilitar mover-se com a ajuda de ternos de dados e capacetes de dados no mundo produzido digitalmente do computador como que por paisagens reais, pelo qual o caráter construtivista plasmador de realidade dos meios de comunicação é ainda mais amplamente acentuado” (Vattimo, 1998, p.7).

Já nas relações com os meios de comunicação de massa audiovisuais (televisão, vídeo, computador) ficou evidenciado o significado determinante de realidade dos mesmos. A formulação clássica de McLuhan, de que o meio é a mensagem, tomada inicialmente como provocação, e qualificada moralmente como tabu, transformou-se hoje, de certo modo, em máxima, admitida e seguida tanto pelos produtores quanto pelos receptores envolvidos em processos de comunicação. Essa transformação se evidencia não apenas em condições extremas como a guerra do golfo ou nas revoluções na Europa oriental, por exemplo, mas igualmente no uso diário dos meios de comunicação. Paralelamente a estetização da epistemologia, constatada há décadas no domínio científico, ocorreu como consequência da revolução dos meios de comunicação uma estetização externa da

própria realidade da vida cotidiana. Segundo os autores, processos de estetização midiáticos dos meios de comunicação não apenas liberam possibilidades de exploração manipuladas mas, simultaneamente, eles formam o horizonte para novas experiências vitais libertadoras, por serem mais fracos, oscilantes e plurais em termos de força e emancipação (Vattimo, 1998, p.8). A forma midiática da construção da realidade torna consciente o caráter interpretativo de todas as imagens da realidade. A adoção e disseminação dessa perspectiva construtivista são relativamente recentes, ainda que de herança antiga. Os meios de comunicação tornam esse caráter construtivo ilimitado e neste sentido assumem, de certo modo, uma função elucidativa ante. E ante a pressão atual das construções de realidade pelos meios de comunicação, convencemo-nos de que realidade sempre foi uma construção.

Tendo como pano de fundo esses desenvolvimentos e reflexões, em um *workshop* internacional em forma de congresso, com o título “Media Transforming Reality”, organizado por Gianni Vattimo e Wolfgang Welsh, reunindo filósofos, sociólogos, estudiosos da mídia e historiadores da arte, os ensaios se dedicaram à análise da transição das estruturas unilineares dos meios de comunicação da era da televisão para o mundo multidirecionado da internet, portanto, para os mundos da realidade virtual (Vattimo, 1998, p.82). A investigação dos elos entre o sistema tradicional dos meios de comunicação e as suas novas relações interativas permite enxergar novas formas de experiência cotidiana facultadas pelos mundos da mídia, enfatizando o corpo, a materialidade e individualidade.

A reflexão aberta sobre a pluralidade de versões diferentes de realidade, sobre experiências de mundo e auto-experiências dentro e fora dos meios de comunicação – oferece possibilidades criativas de desenvolvimento de uma atitude crítica em relação às novas mídias eletrônicas.

Através de pesquisas empíricas, pode-se questionar até que ponto a interatividade das novas tecnologias possibilita estratégias modernas de individualização e democratização; problematizar se podemos reunir as comunidades virtuais, nos mundos entrelaçados interativos da rede digital, com o seu análogo real. Ou ainda colocar a questão de que modo se transforma nossa compreensão de espaço, tempo e identidade no mundo cibernético.

Esse tipo de investigação é hoje urgente, porque se observa uma expansão extraordinária da indústria dos meios de comunicação. Seriados, telenovelas, internet são formas de comunicação, que representam mudanças nas fontes de informação, e nos modos de entretenimento. O ciberespaço cria realidades virtuais que influenciam as nossas formas de diferenciação entre realidade e ficção, e nas últimas duas décadas tiveram ressonâncias imensas na esfera educativa, alterando as estratégias de ensino e afetando as relações entre educador e educando, também no ensino da literatura. Exemplos dos novos suportes para a literatura tradicional do impresso representam avanços dos meios de comunicação, que, em seu conjunto, modificaram os hábitos das pessoas e da sociedade como um todo. Essas transformações nas ofertas e no comportamento da mídia apresentam alterações referentes a processos de leitura, entre eles, da literatura. A própria visão da leitura mudou. Segundo Barsch (2001), a leitura não é um processo natural nem evidente por si mesma. Os estudantes precisam aprender que a leitura e a literatura podem produzir novas experiências, únicas e intensas e nestas experiências precisam de apoio competente em termos de uma socialização literária bem sucedida. Todos os envolvidos neste processo educativo, incluindo os pais, devem estimular os filhos a cultivar a capacidade de ler e escrever e de incorporar a leitura em suas vidas (Barsch, 2001).

Barsch analisa estes impactos nos estudos literários, falando em síndrome de uma crise disciplinar forçada por fatores externos. Dentre as causas observáveis externas, ele cita duas estratégias adotadas nesta situação, ambas praticadas na cultura literária alemã. A primeira delas oferece uma análise dos meios de comunicação na cultura literária, tendência encontrada em diferentes universidades da Alemanha que pesquisam e discutem diversos aspectos dos meios de comunicação, efetivamente presentes nas aulas de literatura, criando a partir desses dados novos cursos nos departamentos de Letras. A Universidade de Siegen é um exemplo neste empenho, que cito<sup>2</sup> como relevante para a minha tese dedicada à investigação de uma teoria literária em expansão. Esse departamento de língua e literatura instituiu cátedras específicas para estudos dos meios de

---

<sup>2</sup>Em outubro de 1999, numa visita acadêmica a convite da Universidade de Siegen, tive oportunidade de frequentar uma turma de 26 alunos do Prof. Barsch, na faculdade de Educação para a Mídia (seria equivalente à nossa Faculdade de Letras, já que os alunos estudam a língua e a literatura, mas na perspectiva da comunicação social literária. O curso se intitulava “Computador e Internet na vivência de crianças e jovens” (“Computer und Internet in der Lebenswelt von Kindern und Jugendlichen”), e teve a duração de um mês letivo.

comunicação. Uma ampla pesquisa, iniciada há doze anos, está centrada, por exemplo, em dois projetos diferentes destinados à estética, à pragmática e à história de um dos meios de comunicação mais expressivos – a televisão.

A segunda estratégia na prática de culturas literárias opta por um caminho distinto – quase oposto – em relação ao desenvolvimento dos meios de comunicação, enfatizando, antes, o livro e a sua leitura, especialmente a leitura do cânone literário. Os estudiosos desse tipo de literatura adotam uma estratégia defensiva da arte e da cultura elevadas, a partir da convicção de que o ensino de literatura representa uma parte principal da educação, devendo resultar em garantia para o cultivo da tradição e da cultura em geral. O trabalho da memória da cultura é defendido nesta posição a partir do argumento de que a dignidade da cultura literária está em jogo quando se opta enfaticamente pela investigação científica dos meios de comunicação. Trata-se de uma posição nitidamente baseada apenas em juízos de valor.

A cultura literária sempre se relacionou com outros meios de comunicação além do meio impresso. O drama encenado, por exemplo, é um meio de comunicação distinto do texto impresso. De algum modo, o drama também provoca a criatividade imaginativa do público pelo tipo de apresentação, porque os atores em cena podem contrariar a imaginação do público em relação aos protagonistas. Na verdade, a assistência a uma peça de teatro é precedida por um processo de socialização literária durante o qual aprendemos a avaliar a arte dos atores e o tipo de apresentação dramática. Estes exemplos mostram que são determinados valores culturais que prevalecem nesta segunda posição e condicionam o comportamento dos receptores.

Segundo Achim Barsch, os estudiosos antes contrários à investigação científica dos meios de comunicação nos anos 80 hoje se posicionam de modo favorável, declarando que a literatura é um dos meios de comunicação mais antigos (Barsch, 2001).

Propostas para uma nova orientação no conhecimento e no ensino da literatura precisavam levar em conta essas novas maneiras de olhar, e concentrar a sua investigação, antes de mais nada, na definição do objetivo da cultura literária; na orientação teórica da cultura literária sugerindo métodos distintos de lidar com ela; e sobretudo na aplicação como resposta à questão acerca da relevância social dos estudos da literatura.

A institucionalização dos estudos literários como espaço disciplinar demanda, naturalmente, determinados consensos e acordos sobre os objetivos dos estudos literários. Tradicionalmente, essa questão estava relacionada com uma definição de literatura, que circunscrevia o conhecimento literário com a pergunta: “O que é literatura?”. Se tomarmos a literatura como um fenômeno histórico e, portanto, em processo de transformação, teremos que definir literatura também na perspectiva teórica de estudos literários. Numa perspectiva pragmática, essa definição não se fecha sobre a literatura em si, mas se abre para perguntas empíricas com respeito a ela. Nós, que estamos envolvidos com o ensino de literatura, ou seja, com a sua comunicação no âmbito pedagógico, precisamos, assim, perguntar, antes de mais nada, quem e quando, com que tipo de textos, sob que condições e com que argumentos se lida, quando nos confrontamos com o fenômeno literário. Isto quer dizer que os conceitos de literatura não se limitam ao espaço de uma teorização centrada em textos, mas abrange fenômenos literários inseridos em contextos históricos amplos. Nesta ótica, a literatura é antes estudada como fenômeno de comunicação social do que como expressão de uma configuração textual.

Nos estudos empíricos da literatura, portanto, não se consideram textos isolados, mas no contexto de formas diferentes de ações literárias, que, por seu lado, dependem de convenções literárias vigentes no sistema literatura. Neste sentido, podemos reafirmar que nos estudos empíricos da literatura, o sistema literatura é o verdadeiro objeto e objetivo da pesquisa literária. A noção de sistema literário, proposta no interior de uma ciência empírica da literatura, é baseada em formas cooperativas de definição do domínio chamado, nos circuitos comunicativos próprios deste fenômeno.

Ainda que o estudo empírico da literatura envolva uma orientação histórica, não se espera chegar a novas interpretações ou mesmo à correta leitura de um texto, o que seria uma contradição com respeito aos pressupostos básicos dessa concepção. Entretanto, não se excluem as análises de textos numa abordagem empírica, porque estas permitem uma visão dos tópicos dominantes de uma época ilustrando os problemas socialmente relevantes discutidos em obras literárias.

Embora a definição do objetivo dos estudos da literatura e a construção de uma teoria da literatura se relacionam entre si, a descrição dos fenômenos

literários não implica necessariamente uma concepção sistêmica da literatura. A vantagem de um repertório teórico e de uma terminologia referente a uma teoria de sistemas pode ser vista na possibilidade de oferecer uma complexidade suficiente para uma descrição geral das possíveis tarefas na produção de conhecimento acerca da comunicação literária. Enquanto até recentemente a noção de literatura mantinha a função de garantir uma unidade, também na esfera disciplinar dos estudos de literatura em instituições de ensino, é impossível sustentar essa visão de literatura à medida que a produção de conhecimento literário inclui uma variedade imensa de textos, tornando pouco plausível a construção de sentido a partir de um conceito de literariedade implícita, fora de uma perspectiva pragmática.

Em suma, as considerações acerca da vantagem de uma teoria da literatura construída com base na terminologia sistêmica precisam, antes, ser sustentadas e validadas empiricamente. Trata-se de um procedimento que não conduz a uma verdade específica, mas representa um aumento substancial do conhecimento teórico e permite estabilizar nossas estratégias na solução de problemas científicos, no caso, com respeito à literatura (Hejl, 1992).

Do ponto de vista epistemológico, a questão da construção social da realidade parece-me ser importante neste contexto, e pode ser abordada de várias maneiras em relação ao sistema literário. Um primeiro projeto poderia ser a busca empírica de noções diferentes de literatura em circulação em determinado espaço social, incluindo as convenções literárias e as formas privilegiadas de leitura de textos literários. Desta forma, poderiam-se especificar grupos distintos de leitores com diversos comportamentos de leitura e, de acordo com estruturas sócio-demográficas diferentes. Uma investigação desse tipo permitiria estabelecer correlações entre fatores sociais e preferências literárias. Barsch lembra a respeito que já em 1923, foi ensaiada e formulada teoricamente essa tentativa de estabelecer relações interativas. Levin Schücking, citado por ele, inventou a noção de “Geschmacksträgertypen” que pode ser traduzida como “tipos representativos do gosto”. Ele mostrou, através de exemplos históricos, que diferentes grupos sociais apresentam gostos diferentes e este fato deveria ser levado em consideração na defesa de distintos tipos de literatura. Tais correlações entre fatores sociais e preferências literárias não são acidentais, mas complexas. Os exemplos de Barsch são elucidativos ao apontar a relação direta entre realismo stalinista e a arte

monumental dos nazistas; e revelam ainda que em sistemas totalitários, sejam eles de caráter político ou religioso, não há lugar para conceitos de arte fundados sobre a categoria da autonomia. Sistemas totalitários, de modo geral, tentam alinhar todos os sistemas sociais – entre eles o sistema literário – com os mesmos objetivos maiores, e, comumente, não se trata de uma questão de avaliação, mas antes de exercícios de pressão. Neste contexto, a reivindicação da autonomia da arte parece ser disfuncional na ótica dos proponentes daqueles sistemas.

Além do estudo empírico dos conceitos de literatura, o estudo do comportamento dos agentes envolvidos em processos de produção e de recepção é igualmente importante para uma teoria empírica da literatura. As escalas de avaliação da literatura, gratificações pessoais, declarações sobre o status que a literatura ocupa no contexto da vida de uma pessoa e o comportamento e a forma dos meios de comunicação permitem conclusões acerca de atitudes e modos de ação com respeito a textos literários. Neste tipo de investigação, muitas suposições do conhecimento tradicional da literatura revelam ser simples preconceitos. Achim Barsch, por exemplo, descobriu que os leitores de ficção popular, de modo geral, têm consciência quanto à ficcionalidade de suas leituras. Em suas pesquisas empíricas, observou, ainda, estratégias diferentes de leitura, ativadas em função dos livros escolhidos. Além do mais, literatura de massa é lida, se não for o único material de leitura (Barsch 1997a; 1997b)<sup>3</sup>.

Ao distinguir entre uma teorização e uma prática de leitura, a teoria empírica da literatura sinaliza novas opções de estabelecer contatos entre ciência e manifestações artísticas, sendo ambos os domínios conquistas culturais, e se mesclam em inúmeros aspectos, por exemplo, no caso de teóricos da literatura que desempenham simultaneamente o papel de escritor. Estas propostas demandam um repertório teórico amplo, ainda que freqüentemente sustentem a prática interpretativa como um dever acadêmico indispensável. Segundo Barsch, isto é muito pouco para uma disciplina acadêmica que vincula, em seus próprios termos, *Wissenschaft*, tanto o conhecimento quanto a ciência (Barsch, 2001), sobretudo

---

<sup>3</sup> Ainda conforme Barsch (2001): “Neste contexto, planejo um projeto de pesquisa sobre a cultura da diversão na internet. *Fandom* (cultura de admiradores) é tão velho quanto os *mass media* (meios de comunicação de massa). Todavia, grupos diferentes de fãs sempre tiveram problemas de se comunicar entre si. Eles escreviam cartas para editoras; eles editavam seus próprios fanzines, eles se conheciam nas convenções como os *trekkers*, mas somente uma platéia restrita podia ser alcançada oferecendo resultados da própria criatividade. Nesta situação, a internet aparenta ser uma plataforma ótima para a comunicação dos *fandom*.”

porque em nossa sociedade midiática, os processos de comunicação literária são aliados com formas de entretenimento. E nesta situação, a interpretação literária, predominantemente em sua função de preservar tradições, parece-lhe bastante inadequada.

Uma outra questão que merece ser observada, em vista de uma nova pedagogia, é diz respeito à relevância social da própria cultura literária. Para o autor não parece razoável pensar que a cultura literária acompanhe as transformações que ocorrem em outras esferas, tais como as sociais, ecológicas e tecnológicas, porque ainda que sejamos responsáveis pelo mundo e pela busca de condições melhores para a vida de todos, deveríamos ter consciência dos limites de eficácia de uma cultura literária. Portanto, o estudo da literatura não deve produzir esperanças excessivas quanto à capacidade de provocar mudanças significativas na esfera social.

Esta observação não significa, no entanto, que os efeitos produzidos pelos estudos literários sejam totalmente irrelevantes para o resto da sociedade. Embora o conhecimento literário não seja capaz de oferecer soluções para todos os problemas, ele permite enxergar e configurar as demandas sociais e lidar com elas. Sendo assim, temos que considerar que os problemas sociais não se equivalem aos problemas científicos e, igualmente, precisamos ter consciência de que as soluções científicas tampouco correspondem necessariamente a demandas políticas.

No horizonte dos argumentos que, de certo modo, minimizam a eficácia dos estudos literários, cabe destacar, no entanto, o seu papel significativo para a sociedade, que diz respeito às dimensões da pesquisa e do ensino. Nestas duas esferas se evidencia a sua relevância social, à medida que são capazes de trazer à luz questões da pesquisa sócio-histórica e de oferecer conhecimentos culturais estáveis (Oliveira Pinto, 2005), incluindo-se neste domínio também as investigações quanto às formas recepcionais da literatura e quanto às estratégias adotadas em recepções distintas. Em uma perspectiva comparativa, os estudiosos da literatura poderiam investigar como determinados textos literários de uma língua e cultura específica são lidos e usados em outros contextos culturais. Estas questões obviamente são relevantes para o ensino da literatura em circunstâncias históricas e espaços geopolíticos e sociais distintos. Neste sentido, os estudos de

literatura podem dedicar-se a questões sociais mais concretas e contextualizadas e marcar a sua diferença em relação a outros produtos midiáticos.

Uma ciência da literatura empírica que, além de ocupar um espaço relevante no nível da teorização, sempre destacou como parte indispensável do seu projeto a aplicação dos seus resultados em espaços concretos e em vista de seus objetivos básicos de contribuição para a solução prática de problemas considerados urgentes.

O campo privilegiado para a transferência dos conhecimentos adquiridos nestas investigações é, sem dúvida, a esfera do ensino, onde se constroem e favorecem formas de socialização literária bem sucedidas. Estratégias pedagógicas em vista da qualificação de alunos para a vida profissional continuam sendo tarefas centrais da produção e transmissão do conhecimento da literatura. Neste sentido, a mudança do foco do ensino, em vista da construção de conhecimentos práticos relevantes e abrangentes, não deveria limitar-se à forma tradicional de interpretação de textos particulares, mas abrir-se para o vasto panorama das ações possíveis no espaço sistêmico da literatura, que na ciência empírica da literatura aponta nitidamente para processos sociais de comunicação extremamente variados e complexos.

### 4.3

#### **Aberturas**

Sigfried Schmidt defende, ainda, a transformação dos estudos da literatura em estudos empíricos da mídia no contexto de uma moldura teórica de estudos culturais (1992b: 1). Já durante os anos 80 se tornou ponto pacífico que perspectivas catastróficas em relação à cultura de massa, identificada apenas como indústria cultural com ênfase sobre o seu efeito manipulador, ofuscam uma visão do fenômeno em sua complexidade. Novas convicções epistemológicas e teóricas permitem enxergá-lo numa ótica sistêmica favorecendo uma reconsideração de questões relativas aos meios de comunicação de massa numa visão distante de dicotomias tradicionais baseadas em critérios de discriminação, a favor da existência de múltiplas formas midiáticas de expressão. A dimensão ética da questão revela-se, assim, na adoção de posturas mais tolerantes em relação a produções que dificilmente terão lugar no panteão de obras literárias canônicas

mas nem por isso precisa ser minimizada a sua relevância nos estudos e no ensino da literatura.

Para Gebhard Rusch, diante do gigantesco desafio intelectual com que se defrontam atualmente os estudiosos da literatura, somente um “misantropo viciado em interpretação” teria motivos de queixa e desânimo. Para os demais, a ciência empírica da literatura representa um estímulo para todos que gostam de desafios intelectuais (Rusch, 1993a, p.17). O dilema na construção de paradigmas para sistemas complexos coloca-se para Gebhard Rusch antes como indagação quanto à relação entre o objeto de investigação e as suas formas de teorização. Um olhar sobre a esfera do objeto a ser modelado teoricamente no contexto de uma ciência empírica da literatura revela um campo extremamente difuso. Sobretudo numa perspectiva pragmática que articula uma definição do fenômeno literário, necessariamente com perguntas que demandam respostas complexas: que tipo de texto é considerado literário, por quem, quando e por quê? Quais são as ações relevantes para os participantes em processos de comunicação literária contextualizados?

Segundo Rusch, das possíveis variáveis compondo esse objeto de investigação fazem parte textos de diversos tipos (poemas, ensaios, romances, dramas, etc.), produzidos por diversos meios de comunicação (por exemplo, manuscritos, artigos de revista, livros, peças de teatro, filmes de cinema, TV e vídeo, peças radiofônicas, conferências ou leituras radiofônicas, etc.), os mais diversos instrumentos de produção, organizações, instituições e empresas, autores, leitores, produtores, editores, redatores, superintendentes, diretores, críticos, agentes, comerciantes, leitores/espectadores/ouvintes (compradores, consumidores) e, finalmente, todas as ações específicas de produção, divulgação, recepção e processamento, interações e comunicações múltiplas... Uma pergunta sobre as articulações dos componentes deste campo revela variadas influências, interações e dependências, por exemplo, políticas, econômicas, dependências de mercado, de técnicas de produção e distribuição, que evidenciam a rede interna dos fenômenos literários, mas também as múltiplas formas de relações com esferas extraliterárias (por exemplo, o sistema político e jurídico, o sistema educacional e científico, as manifestações artísticas não-literárias, condições de vida particulares das pessoas que participam direta ou indiretamente da empresa literária). Questões relacionadas com as motivações e forças que iniciam, mantêm,

organizam e modificam processos literários, que produzem textos literários e os transformam em objetos desejáveis, oferecem perspectivas sobre as necessidades culturais, sociais, materiais e ideais, sobre a esfera das motivações gerais e específicas, dos critérios de valor, interesses, objetivos, sobre o reconhecimento social e a identidade pessoal, sobre qualidades hedonistas e emotivas relacionadas com processos literários (1987: 487 e 488).

Assim, a formulação de um programa relevante implica hoje a consideração de uma cartografia marcada por transições, superposições, interferências. Acrescenta-se a esta dificuldade mais uma. O discurso científico - a teoria da literatura incluída - tematiza um saber intersubjetivamente elaborado. As dificuldades que resultam desta situação refletem-se obrigatoriamente na elaboração de uma moldura adequada para uma teoria da literatura, por seu lado, marcada por interesses, porque uma indagação sobre a forma como discursos científicos - supostamente rigorosos e objetivos - adquirem legitimidade revela, de imediato, não apenas a sua inserção social, mas também os seus projetos políticos. Em outras palavras, nas discussões em torno de problemas que preocupam teóricos da literatura, não se buscam necessariamente categorias exatas, como enfatiza Schmidt, mas defendem-se posições e idéias que sinalizam compromissos assumidos na adesão a certas teorias, que indicam interesses científicos e políticos que dão perfil a determinadas comunidades científicas. As opções privilegiadas vinculam-se também com perguntas sobre motivos e valores que transformam estudiosos do fenômeno literário em partidários ou adversários de determinados repertórios teóricos. Hoje a defesa de uma teoria da literatura depende, assim, também, de um repertório de valores éticos e políticos.